

## REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, J. M. Social accountability in the public sector, a conceptual discussion. **Social Development Papers**, Washington, DC, v. 82, p. 1-39, 2005. Disponível em: <http://library.mstcdc.ac.tz:8080/jspui/bitstream/123456789/50/1/social%20accountability.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ALENCAR, R. C. **Nível de disclosure e custo de capital próprio no mercado brasileiro**. 2007. 104f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14032008-120509/>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ATTARD, J.; ORLANDI, F.; SCERRI, S.; AUER, S. A systematic review of open government data initiatives. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 32, n. 4, p. 399-418, 2015.
- BALDISSERA, J. F.; DALL'ASTA, D. Panorama teórico e empírico dos determinantes da transparência pública. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, [s.l.], v. 15, n. 4, p. 88-111, 2021.
- BARNI, G. A. C. *et al.* Visibilidade dos dados nos portais de dados governamentais abertos da América Latina. **Innovar**, [s.l.], v. 32, n. 85, p. 187-203, 2022.
- BATISTA, A. H.; SILVA, N. B.; MIRANDA, C. M. C. Infraestrutura nacional de dados abertos. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA. 6., 2013, [s.l.], Anais eletrônicos [...] **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, 2013. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2013/05/093-INFRAESTRUTURA-NACIONAL->
- BELLOTTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- BERMAN, F. The Research Data Alliance -The First Five Years, Suplemento para: Berman, F., & Crosas, M. (2020). The research data alliance: benefícios e desafios da construção de uma organização comunitária. **Revisão de Ciência de Dados de Harvard**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 2-11, 2019. doi: 10.1162/99608f92.5e126552
- BERNERS-LEE, T. **World Wide Web Consortium (W3C)**. Linked Data, Design Issues, 2009. Disponível em: <https://www.w3.org/DesignIssues/LinkedData.html>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BIANCHI, M.; NASCIMENTO, A. M. A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 2005, [s.l.], **Anais [...]**. [s.l.]: Associação Brasileira de Custos, 2005.
- BIZER, C.; HEATH, T.; BERNERS-LEE, T. Linked data. The story so far. **International Journal on Semantic Web and Information Systems**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 33, 2009.
- BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. B. Aspectos de governança corporativa moderna no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 111-148, dez. 2005.

BOTOSAN, C. A. Disclosure level and the cost of equity capital. **The Accounting Review**, [s.l.], v. 72, n. 3, p. 323-349, 1997.

BOVAIRD, T. Beyond engagement and participation: User and community coproduction of public services. **Public Administration Review**, [s.l.], v. 67, n. 5, p. 846-860, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **5º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto**. Brazil Action Plan 2021-2023. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/67649>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**. Estabelece a política de governança pública, aplicável à administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm) Brasília, DF, 23 nov. 2017. Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003**. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Brasília, DF, 17 abr. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.650.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.650.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021**. Estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, através do uso de meios digitais na prestação de serviços públicos, na interação com o cidadão e na transparência de informações. Brasília, DF, 30 mar. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114129.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 6 fev. 2024.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D.; SMITH, A. J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, [s.l.], v. 42, n. 2, p. 207-252, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-679X.2004.00136.x>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BUSHMAN, R. M.; SMITH, A. J. Informações contábeis financeiras e governança corporativa. **Revista de Contabilidade e Economia**, [s.l.], v. 32, n. 1-3, p. 237-333, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Agência Câmara de Notícias. **Comissão de Finanças aprova projeto que cria Lei de Dados Abertos**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/924163-comissao-de-financas-aprova-projeto-que-cria-lei-de-dados-abertos/>. Acesso em: 10 set. 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Agência Câmara de Notícias. **Proposta cria Lei de Dados Abertos para reforçar transparência do poder público**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/448970-proposta-cria-lei-de-dados-abertos-para-reforcar-transparencia-do-poder-publico>. Acesso em: 10 set. 2023.

CAMPOS, J. E.; PRADHAN, S. **As muitas faces da corrupção**: monitorização de vulnerabilidades a nível setorial. [s.l.]: Publicações do Banco Mundial, 2007.

CARVALHO, G. U.; ECKERT, A. **O nível de governança corporativa e a evidenciação contábil como elementos contributivos do desempenho e da competitividade das companhias de capital aberto listadas na B3**. 2022. 96f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/9353>. Acesso em: 4 dez. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Guidelines on open access to scientific publications and research data in Horizon 2020**. [s.l.], 2017. Disponível em: [https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants\\_manual/hi/oa\\_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/research/participants/data/ref/h2020/grants_manual/hi/oa_pilot/h2020-hi-oa-pilot-guide_en.pdf). Acesso em: 4 dez. 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. CGU. **Manual de elaboração de planos de dados abertos**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/46702>. Acesso em: 4 dez. 2023.

CUNHA FILHO, M. C. **Construção da transparência pública no Brasil**: análise da elaboração e implementação da Lei de Acesso à Informação no Executivo Federal (2003-2019). 2019. 240f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/1/34839>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CURTY, R. *et al.* Abordagens de reuso e a questão da reusabilidade dos dados científicos. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 177-193, 2019.

CRUZ, C. F. *et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir das homepages dos grandes municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 153-176, n. 1, p. 153-176. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/S6N6r6z7B6DP8ypHYmWQDdJ/?lang=en>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DA SILVA, L. H. A. *et al.* Os princípios TRUST como ferramenta de avaliação de repositórios de dados. **Brazilian Journal of Information Science**, [s.l.], v. 15, n. 15, p. 7, 2021.

DA SILVA, S. P. *et al.* Indicadores para avaliação qualitativa de dados abertos: inteligibilidade, operacionalidade e interatividade nos datasets do governo federal no portal brasileiro de dados abertos. **Informação & Sociedade: Estudos**, [s.l.], v. 30, n. 3, p. 1-19, 2020.

DA SILVA CRISTÓVAM, J. S.; HAHN, T. M. Administração pública orientada por dados: governo aberto e infraestrutura nacional de dados abertos. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-24, jul. 2020.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: UNB, 2001.

DATA FAIRPORT. **Jointly designing a data FAIRPORT**. [s.l.], 2014. Disponível em: <https://www.lorentzcenter.nl/lc/web/2014/602/info.php3?wsid=602>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DAVIES, T. Dados abertos, democracia e reforma do setor público: uma olhada no uso de dados governamentais abertos a partir de dados. **Governo Reino Unido**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-47, 2010.

DE LIMA, M. P.; ABDALLA, M. M.; OLIVEIRA, L. G. L. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**, [s.l.], v. 71, n. 3, p. 232-263, dez. 2020.

DOMINGUEZ, M. E-transparência e dados abertos governamentais: o ambiente digital como lócus dos avanços do governo brasileiro nas políticas, leis e parcerias internacionais. Etransparency and Open Government Data. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, Porto Alegre, [Anais...], 7., Porto Alegre. 2017.

DOS SANTOS, D. B.; DE SOUZA VANZ, S. A. Repositórios de dados de pesquisa: confrontação dos princípios, critérios e requisitos internacionais de avaliação da confiabilidade. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. e023003-e023003, 2023.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, s.n., p. 50-64, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 10 dez. 2023.

DURANTI, L.; JANSEN, A. Authenticity of digital records: an archival diplomatics framework for digital forensics. In: THE EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS MANAGEMENT, [s.l.], 2011. **Anais [...]**. [s.l.]: Reading, Academic Conferences International Limited, 2011.

DYE, R. A. Disclosure of nonproprietary information. **Journal of Accounting Research**, [s.l.], v. 23, n. 1, jan. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/2490910?origin=crossref>. Acesso em: 10 set. 2023.

EISENHARDT, K. M. Teoria da agência: uma avaliação e revisão. **Academia de Revisão Gerencial**, [s.l.], v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989.

FAMA, E. F.; JENSEN, M.C. Problemas de agência e reivindicações residuais. **A Revista de Direito e Economia**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 327-349, 1983.

FERREIRA, P. K. D. **Democracia e internet**: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras. 2012. 348f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7157>. Acesso em: 10 dez .2023.

FERRER-SAPENA, A.; PESET, F.; ALEIXANDRE-BENAVENT, R. Acesso a dados públicos e sua reutilização: open data e open government. **Profesional de la Información**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 260-269, 2011. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2011.may.03>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FRAZÃO, A. Fundamentos da proteção dos dados pessoais. In: FRAZÃO, A.; TEPEDINO, G.; OLIVA, M. D. (Coord). Lei Geral de Proteção de Dados e suas repercussões no direito brasileiro. **Revista Thomson Reuters Brasil**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 24-48, 2019.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Repositórios arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 74-99, 2020.

GIL-GARCÍA, J. R.; PARDO, T. A. E-government success factors: mapping practical tools to theoretical foundations. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 1, n. 22, p. 187-216, 2005. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X05000158>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GIGLIA, E.; SWAN, A. Open access to data for a new, open science. **European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine**, [s.l.], v. 48, n. 4, p. 713-716, 2012.

GILL, M.; CORBETT, J.; SIEBER, R. Exploring open data perspectives from government providers in western Canada. **Journal of the Urban & Regional Information Systems Association**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 19-30, 2017.

GOMES, W.; AMORIM, P. K. D. F.; ALMADA, M. P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. **E-Compós**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 1-21, abr. 2018. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1446>. Acesso em: 10 dez. 2023.

GRAY, J. W. Y. What do data portals do? Tracing the politics of online devices for making data public. **Data & Policy**, [s.l.], v. 5, n. e10, p. 2-27, 2023. doi:10.1017/dap.2023.7.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, [s.l.], v. 31, n. 1-3, p. 405-440, set. 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BRED, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

HENNING, P. C. *et al.* GO FAIR e os princípios FAIR: o que representam para a expansão dos dados de pesquisa no âmbito da Ciência Aberta. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n.2, p. 389-412, 2019.

HOLLENBACH, J.; PRESBREY, J.; BERNERS-LEE, T. Using RDF metadata to enable access control on the social semantic web. *In*: WORKSHOP ON COLLABORATIVE CONSTRUCTION, MANAGEMENT AND LINKING OF STRUCTURED KNOWLEDGE (CK2009), [s.l.], 2009. **Proceedings [...]** [s.l.]: 2009. p. 167.

HOOD, C. **Transparency in historical perspective, accounting, organizations, and society**. England: The British Academy, 2006.

HOPE, O. Firm-level disclosures and the relative roles of culture and legal origin. **Journal of International Financial Management and Accounting**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 218-248, out. 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-646X.00097>. Acesso em: 10 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. São Paulo, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod\\_resource/content/1/Livro\\_Codigo\\_Melhores\\_Praticas\\_GC.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Teoria da firma: comportamento gerencial, custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Economia Financeira**, [s.l.], v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976.

KLEIN, R. H.; LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Grau de transparência de dados abertos governamentais do site dados.rs.gov.br. **Revista Economia & Gestão**, [s.l.], v. 15, n. 41, p. 256-, dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/9965>. Acesso em: 10 set. 2023.

KLITGAARD, R. Subverting corruption. **Finance and Development**, [s.l.], v. 37, n. 2, p. 2, EUA, Califórnia, 2000. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/06/pdf/klitgaar.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

LANG, M. H.; LUNDHOLM, R. J. Cross-sectional determinants of analyst ratings of corporate disclosures. **Journal of Accounting Research**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 246-271, 1993.

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-11022005-094807/>. Acesso em: 10 set. 2023.

LIMA, E. M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil**: uma abordagem da Teoria da Divulgação. 2009. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-29052009-110807/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2023.

LIMA, M. P. de; ABDALLA, M. M.; OLIVEIRA, L. G. L. A avaliação da transparência ativa e passiva das universidades públicas federais do Brasil à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Serviço Público**, [s.l.], v. 3, n. 71, p. 232-263, dez. 2020.

LIN, D. *et al.* Os princípios TRUST para repositórios digitais. **Dados Científicos**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 144, 2020.

LOPES, A. V.; VIEIRA, D. M. Nomeações para cargos comissionados e grupos de interesse. **READ. Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 439-462, ago. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112020000200439&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112020000200439&tlng=pt). Acesso em: 10 set. 2023.

LOURENÇO, R. P. Open government portals assessment: a transparency for accountability perspective. *In*: ELECTRONIC GOVERNMENT: IFIP WG 8.5 INTERNATIONAL CONFERENCE, EGOV, 12., September 16-19, 2013, Koblenz, Germany. **Proceedings [...]** Koblenz, Germany: Berlin Heidelberg, 2013. p. 62-74.

MALACRIDA, M. J. C.; YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade & Finanças**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 65-79, ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772006000400006&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772006000400006&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 10 set. 2023.

MARTINS, V. A.; JEREMIAS JUNIOR, J.; ENCISO, L. F. Conflitos de agência, governança corporativa e o serviço público brasileiro: um ensaio teórico. **RGC Revista de Governança Corporativa**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-30, abr. 2021. Disponível em: <https://iberoamericancg.org/Journals/article/view/25>. Acesso em: 10 set. 2023.

MICHENER, G. Liberdade de Informação: uma síntese dos dilemas de conformidade suas possíveis soluções. Leis de acesso à informação: dilemas da implementação. **Artigo 19**, [s.l.], v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <https://monitorando.files.wordpress.com/2011/11/estudos-em-liberdade-de-informaccca7acc83o-1-web.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

MOREIRA, F. M.; BISI, P. H. S.; BOTEAGA, L. C.; SEGUNDO, J. E. S.; SANT'ANA, R. C. G. A qualidade na recuperação de dados governamentais: um estudo sobre dados de políticas públicas na internet. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 103-132, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/142169>. Acesso em: 24 nov. 2023.

NETO, O. A. P.; DA CRUZ, F.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.

NOVAIS, M. V. B. R.; SIQUEIRA NETO, J. F.; DE SOUZA PINTO, F. C.; TORRES, H. T. **Transparência pública aplicada**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3110>. Acesso em: 10 set. 2023.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 27-54, p. 28-51, 1998.

OPENDOAR. Directory of Open Access Repositories. **Suporte a políticas**. 2020. Disponível em: <https://v2.sherpa.ac.uk/pendoar/>. Acesso em: 4 dez. 2023.

OPEN KNOWLEDGE INTERNATIONAL. **Open data handbook**. O que são dados abertos? 2017. Disponível em: [https://opendatahandbook.org/guide/pt\\_BR/what-is-open-data/#:~:text=Dados%20abertos%20s%C3%A3o%20dados%20que,e%20compartilhamento%20pelas%20mesmas%20regras](https://opendatahandbook.org/guide/pt_BR/what-is-open-data/#:~:text=Dados%20abertos%20s%C3%A3o%20dados%20que,e%20compartilhamento%20pelas%20mesmas%20regras). Acesso em: 24 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. **Recomendação do Conselho da OCDE sobre integridade pública**. Local: Edelman Trust Barometer, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. **The path to becoming a data-driven public sector**. 2019. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/governance/the-path-to-becoming-a-data-driven-public-sector\\_059814a7-en](https://www.oecd-ilibrary.org/governance/the-path-to-becoming-a-data-driven-public-sector_059814a7-en). Acesso em: 10 set. 2023.

ORTIZ-DE-URBINA-CRIADO, M.; ABELLA, A.; DE-PABLOS-HEREDERO, C. Proposal for an index measuring the reputation of open data portals: The Odapri. **Profesional de la Información**, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 1-13, 2023.

PARKER, M. B. *et al.* An evaluation of Information quality frameworks for the World Wide Web. In: 8th ANNUAL CONFERENCE ON WWW APPLICATIONS, [s.l.], 2006 **Proceedings [...]** 6-8th September, 2006.

PETYCHAKIS, M. *et al.* A state-of-the-art analysis of the current public data landscape from a functional, semantic, and technical perspective. **Journal of Theoretical and Applied Electronic Commerce Research**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 34-47, 2014.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 42, n. 3, p. 471-493, maio 2008.

PINHO, M. D. C.; SILVA, M. P. A. Governo aberto e dados abertos governamentais: um mapeamento e sistematização da produção acadêmica. **Revista Comunicação & Inovação**, [s.l.], v. 20, n. 43, ago. 2019. Disponível em: [https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/5711](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/5711). Acesso em: 10 set. 2023.

POMERANTZ, J. **Metadata**. Cambridge: The MIT Press, 2015.



POSSAMAI, A. J.; DE SOUZA, V. G. Transparência e dados abertos governamentais: possibilidades e desafios a partir da Lei de Acesso à Informação. **APGS Administração Pública e Gestão Social**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 2-20, 2020.

PRADO, O.; LOUREIRO, M. R. G. Governo eletrônico e transparência: avaliação da publicização das contas públicas das capitais brasileiras. **Revista Alcance**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 355-372, set. 2006.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia da política de governança pública**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>. Acesso em: 10 set. 2023.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e desenvolvimento**: instituições políticas e bem-estar no mundo, 1950-1990. [s.l.]: Imprensa da Universidade de Cambridge, 2000.

RABELO, N. B. **Uso de blockchain nos arquivos: da autenticidade à autenticação de documentos**. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

RASYID, A.; ALFINA, I. E-services quality evaluation on e-government website: case study BPJS Kesehatan Indonesia. **Journal of Physics**, International Conference on Computing and Applied Informatics, 2016, IOP Conference Series, [s.l.], v. 801, n. 801, p. 2-7, 2017. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1742-6596/801/1/012036>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RAUTENBERG, S.; BURDA, A. C.; DE SOUZA, L. Um workflow para compartilhamento de dados científicos primários baseados em dados abertos conectados. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s.l.], v. 23, n. 53, p. 110-123, 2018.

RESEARCH DATA ALLIANCE. **Sobre a RDA**. [s.l.]: 2016. Disponível em: <https://www.rd-alliance.org/about-rda>. Acesso em: 23 nov. 2023.

RIBEIRO, C. J. S. Soluções em ECM (Enterprise Content Management) e softwares para repositórios: convergência de requisitos nas atividades para gestão documental. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 4-20, 2018.

RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; ALCAIDE MUÑOZ, L.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. M. Determinants of financial transparency in government. **International Public Management Journal**, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 557-602, 2013.

RORISSA, A.; DEMISSIE, D.; PARDO, T. Benchmarking e-government: a comparison of frameworks for computing e-government index and ranking. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 354-362, 2011.

SADIQ, S.; INDULSKA, M. Open data: quality over quantity. **International Journal of Information Management**, [s.l.], v. 37, n. 37, p. 150-154, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2017.01.003>. Acesso em: 23 nov. 2023.

SALES, L. F. *et al.* GO FAIR Brazil: a challenge for Brazilian data science. **Data Intelligence**, [s.l.], v. 2, n. 1-2, p. 238-245, 2020. Disponível em: <https://direct.mit.edu/dint/article/2/1-2/238-245/10004>. Acesso em: 4 dez. 2023.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. D. **Transparência fiscal eletrônica**: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

SILVA, A. D. A. P.; MONTEIRO, D. A. A.; REIS, A. D. O. Qualidade da informação dos dados governamentais abertos: análise do portal brasileiro de dados abertos. **Revista Gestão em Análise**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/2555>. Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, F. da. **Análise Exploratória de dados com o Gráfico de Boxplot**. Análise macro, [s.l.], 09 jun. 2023. Disponível em: <https://analisemacro.com.br/econometria-e-machine-learning/analise-exploratoria-de-dados-com-o-grafico-de-boxplot/>. Acesso em: 6 dez. 2023.

SILVA, W. A. D. O. E.; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, [s.l.], v. 53, n. 2, p. 415-431, abr. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122019000200415&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122019000200415&tlng=pt). Acesso em: 10 set. 2023.

SILVA, W. G.; SOUZA NETO SILVA, J. A. de. Companhias abertas brasileiras: divulgação e confirmação dos conteúdos dos relatórios de administração. **Revista Científica BSSP**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-24, jan. 2020.

SOARES, S. V. Bibliografia brasileira sobre Teoria da Contabilidade. **Revista Práticas em Contabilidade e Gestão**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 32-58, dez. 2014. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/pcg/article/view/6913>. Acesso em: 10 set. 2023.

TARTAROTTI, R. C. D.; DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Indexação em repositórios digitais: uma incursão na produção científica brasileira de Ciência da Informação. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 13-18, 2020.

TESOURO NACIONAL. **Indicador da qualidade da informação contábil e fiscal**. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/ranking-da-qualidade-da-informacao-contabil-e-fiscal-estadual>. Acesso em: 10 set. 2023.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruptions perception indicator**. 2022. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/cpi/2022>. Acesso em: 10 set. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Portaria nº 230, de 2014**. Aprova o referencial para avaliação de governança em políticas públicas. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/norma/defini%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520ADJ%2520de%2520ADJ%2520papeis%2520E%2520pol%25C3%25ADticas%2520ADJ%2520p%25C3%25BAblicas/%2520/DATANORMAORDENACAO%2520desc/1>. Acesso em: 6 fev. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas (referencial)**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DDA8CE1014DDFC404023E00>. Acesso em: 10 set. 2023.

VAN THIEL, S.; LEEUW, F. L. The performance paradox in the public sector. **Public Performance & Management Review**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 267-281. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15309576.2002.11643661>. Acesso em: 10 set. 2023.

VELJKOVIC, N.; BOGDANOVIC-DINIC, S.; STOIMENOV, L. Benchmarking do governo aberto: uma perspectiva de dados abertos. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 278-290, 2014. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0740624X14000434>. Acesso em: 10 set. 2023.

VERRECCHIA, R. E. Ensaios sobre divulgação. **Journal of Accounting and Economics**, [s.l.], v. 32, n. 3, p. 97-180, 2001. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0165410101000258>. Acesso em: 10 set. 2023.

VICENTE-PAÑOS, A.; JORDÁN-ALFONSO, A. Acceso a la información pública y su reutilización en las comunidades autónomas: evaluación de la reutilización de datos abiertos. **Profesional de la Información**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 381-391, 2017.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **Accounting Review**, [s.l.], v. 65, n. 1, p. 131-156, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/247880>. Acesso em: 10 set. 2023.

WILKINSON, M. D. *et al.* The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 1-9, 2016.

YU, H.; ROBINSON, D. G. The new ambiguity of open government. **UCLA L. Rev. Discourse**, [s.l.], v. 59, n. 1, p. 178, 2011. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/ucladis59&div=11&id=&page=>. Acesso em: 10 set. 2023.

ZORZAL, L.; RODRIGUES, G. M. Disclosure e transparência no setor público: uma análise da convergência dos princípios de governança. **Informação & Informação**, [s.l.], v. 20, n. 3, p. 113-146, 2015.